

**ALFABETIZAÇÃO E DITADURA MILITAR: RELAÇÃO ENTRE A CARTILHA E OS
MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO**

Cristiane Lumertz Klein Domingues (FAPA) - cristianedomingues@fapa.com.br
Sintia Faé Ebert (PUCRS) - sintia.ebert@pucrs.br

Resumo:

Apresenta-se, neste artigo, uma abordagem sobre as cartilhas usadas na época da Ditadura Militar, no processo de alfabetização, em especial, o manual do professor, de Branca Alves de Lima (1948), destacando o método sintético e analítico. O trabalho descreve sobre a relação que existe entre a proposta contida nas cartilhas de alfabetização com o período da Ditadura Militar, na tentativa de compreender, através de uma pesquisa qualitativa, se o método sintético e analítico está ligado à postura política dessa época. Para isso foram entrevistados dois indivíduos alfabetizados nesse período, que responderam a um questionário que abordou as seguintes temáticas: métodos de alfabetização, recursos utilizados e concepção de escola e ensino. Os resultados obtidos sugerem que o uso do método aplicado nas cartilhas possui relação com o momento histórico em que ele foi fortemente utilizado nas escolas do país para alfabetizar os alunos.

Palavras – chave: Alfabetização; Cartilha/Manual; Ditadura Militar.

LITERACY AND MILITARY DICTATORSHIP : RELATIONSHIP BETWEEN THE PRIMER AND LITERACY METHOD

Abstract: We present in this paper an approach to the primers used in the era of military dictatorship, the literacy process, especially the teacher, White Alves de Lima (1948) manual, highlighting the synthetic and analytical method. The work describes a study on the relationship between the proposal contained in the literacy primers with the period of military dictatorship, trying to understand, through a qualitative research, the synthetic and analytical method is on the political stance this time. For this two literate individuals were interviewed during this period, who responded to a questionnaire addressing the following themes: literacy methods, resources and design of school and education. The results suggest that the use of the method applied in the booklets has relation with the historical moment in which it was heavily used in schools nationwide to teach literacy students.

Keywords: Literacy; Booklet / manual; Military dictatorship.

DOI:

1 INTRODUÇÃO: MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO E A DITADURA MILITAR

Para uma melhor compreensão sobre os métodos de alfabetização utilizados no período do Regime Militar, é importante destacar algumas das características dos principais métodos de alfabetização utilizados no Brasil ao longo da história. Na história da educação brasileira, há divergências quanto às metodologias adotadas pelo professor para trabalhar a leitura e a escrita. Essas divergências são percebidas através dos diferentes métodos utilizados para alfabetizar, por meio de escolhas justificadas tanto pelo conceito que se tem sobre educação e alfabetização, determinados por períodos históricos, como também, pelas necessidades evidenciadas por educadores e gestores educacionais que evidenciaram a necessidade de novas metodologias.

Nas últimas décadas, a discussão que envolve os métodos de alfabetização girou em torno de qual seria a melhor opção: os métodos sintéticos ou os métodos analíticos. Entretanto, essa discussão não é algo recente, pois é possível afirmar que, no Brasil, esse tema está presente há séculos, desde o surgimento dos métodos sintéticos, que possuem mais de dois mil anos de história (BARBOSA, 2013). O caminho sintético é o mais primitivo dos métodos. Através dele, o ensino da leitura e da escrita acontece do modo mais simples para o mais complexo e de forma acumulativa, do menor para o maior. Nesse processo, a criança aprende primeiramente as letras (as unidades menores da língua), após, as sílabas, as palavras, as frases e, finalmente, forma os textos.

Para Moll (1996, p. 55), os métodos sintéticos “[...] conduzem a uma decodificação automática, que pode provocar o desinteresse da criança pela leitura e o conseqüente afastamento da realidade social”. No que compete à aprendizagem da leitura, Onãtivia (2009, p. 12) aponta que, nesse método, “a leitura estava estreitamente ligada à aprendizagem da oratória, o ato de ler era sempre um exercício de articulação, que buscava aperfeiçoar a pronúncia das palavras”. Não era dada a ênfase na interpretação e no significado, conseqüentemente, na leitura competente.

Dentre os métodos sintéticos, um dos mais antigos é o de *soletração*, em que os alunos precisavam memorizar o alfabeto para formar as sílabas e frases que os auxiliavam até chegar aos textos. As sílabas, muitas vezes, apareciam separadas por

hifens, provocando uma leitura não global e confusa.

Barbosa (2013, p. 13) faz observações no que compete ao ensino da leitura e da escrita a partir da utilização de métodos sintéticos:

1 Antes de a criança ter contato com o texto a ser lido, é preciso um trabalho ou uma ação sobre o alfabeto.

2 Para ler, a criança deve realizar uma análise da língua escrita, usando como referencial de base, a língua oral. Essa prática centra-se nos aspectos perceptivos da língua escrita (aspectos auditivos e visuais).

3 Existe uma sistematização no processo de ensino que vai do simples para o complexo. Consideram-se simples as unidades menores da língua (fonema, letra, sílaba) e complexas as unidades maiores (palavra, frase, texto). Por outro lado, aqueles elementos que apresentam uma relação unívoca entre som e grafia (som do fonema b como letra b, por exemplo) seriam considerados mais simples do que aqueles que apresentam correspondências múltiplas entre letras e sons (como a letra x e suas correspondências fonéticas: som de s, ks, ch etc).

Como consequência, antes do trabalho com textos, há um trabalho sistemático voltado para o ensino do alfabeto. Os métodos sintéticos dão ênfase para a memorização e a cópia, e utilizam como recursos textos curtos, muitas vezes, formados por palavras que dão ênfase a uma determinada letra, exemplos de textos presentes nas cartilhas, como o que apresenta Lima (2011, p. 50):



“No final do século XIX e início do século XX, sobressai a questão que vai se opor aos postulados do método sintético e estabelecer em definitivo os postulados do método analítico” (BARBOSA, 2013, p. 56). Os métodos analíticos possuem características contrárias aos métodos sintéticos, compreendendo a aprendizagem da leitura e da escrita como algo global, que inicia através das unidades maiores e vai para as menores: iniciando-se dos textos para as frases e palavras até chegar às sílabas e letras. Dessa

forma, os métodos analíticos tendem a incentivar a contação de histórias e o trabalho a partir de textos, extraindo destes as frases e palavras significativas para o trabalho com a alfabetização. Para esses métodos devem-se utilizar bons recursos, como textos que proporcionam espaço para o trabalho com a leitura e a escrita como algo significativo, as histórias extraídas das obras de literatura infantil, as parlendas, as lendas, as poesias.

Abaixo, apresenta-se uma sugestão de texto interessante para este propósito, que apresenta uma estrutura diferente da história do pato citada anteriormente:

As Borboletas
Branças
Azuis
Amarelas
E pretas
Brincam
Na luz
As belas
Borboletas.
Borboletas brancas
São alegres e francas.

Borboletas azuis
Gostam muito de luz.

As amarelinhas
São tão bonitinhas!

E as pretas, então...
Oh, que escuridão! (MORAES, 1990, p.50)

Esta batalha entre métodos sintéticos e analíticos causou muitas dúvidas entre alfabetizadores e gestores sobre qual seria o método mais apropriado para ensinar a ler e a escrever, mas essa escolha, por vezes, foi (e atualmente ainda é) determinada por características históricas, políticas e sociais que o país vivencia.

Dentro da história dos métodos de alfabetização no Brasil, cabe fazer alguns apontamentos na década de 1960 devido à Ditadura Militar. Neste período, os militares detinham o poder no país, não sendo diferente no que se referia à educação e, conseqüentemente, aos processos que envolviam a alfabetização de crianças, jovens e adultos. Havia um enorme controle de tudo o que acontecia no país e na censura da mídia, como também, reclusão de quem não seguia à risca o que era determinado pelo governo (GERMANO 1993). De 1964 a 1985, período em que durou a Ditadura Militar, o país vivenciou diversas lutas entre governo e representantes da sociedade, nas diferentes

áreas, entre eles, educadores, ocasionando conflitos que marcaram a história da educação brasileira.

Destarte, um exemplo de movimento direcionado para a alfabetização nesse período que ganhava destaque principalmente no Nordeste foi o movimento de alfabetização liderado por Paulo Freire, “De Pé no Chão também se aprende a ler”, que teve como foco a alfabetização de adultos do Nordeste, região do Brasil na qual o analfabetismo se “constituía tema político” (CARVALHO, 2009, p.35). A campanha teve início em Natal, Rio Grande do Norte, tendo como sede acampamentos cobertos de palha de coqueiro sobre chão de barro, muito similares às casas de pescadores que ali viviam. O método utilizava a palavra escrita associada à ilustração, sendo que o alfabetizador deveria discutir sobre o papel de cada um na sociedade, frente ao que aparecia na imagem e o que estava escrito. A partir de palavras geradoras, formadas a partir dos debates, desencadeava-se novo debate dirigido e a palavra escrita era analisada em suas partes componentes, ou seja, as sílabas; na sequência, eram apresentadas as famílias silábicas para que os educandos construíssem novas palavras (SOEK, HARACEMIV e STOLTZ, 2009).

A campanha foi extinta pelo Regime Militar em 1964, mas, durante seu período de vigência, foi responsável pela alfabetização de milhares de crianças e adultos. “Com o Golpe Militar de 1964, os movimentos de alfabetização foram proibidos e alguns livros, utilizados nos programas de alfabetização, confiscados por serem classificados de teor comunista e uma ameaça à ordem instalada pelo poder militar” (SOEK, HARACEMIV e STOLTZ, 2009, p. 15).

Nesta mesma década, Freire ainda foi responsável pelo programa de Alfabetização de Angicos, município pobre, localizado no Rio Grande do Norte. Esta campanha buscou demonstrar que adultos poderiam aprender a ler em 40 horas. Para Carvalho (2009, p. 40):

A grande inovação metodológica foi propor que a aprendizagem começasse pela discussão de temas geradores de caráter político-social, ilustrados com slides representativos desses temas. Em lugar de cartilha, com suas Evas, Ivos e uvas, foram usadas palavras significativas, extraídas do universo vocabular dos habitantes de Angicos, pesquisado por estudantes que participavam da experiência. Essas palavras-chave eram então desmembradas em sílabas, que

davam origem às famílias silábicas; das combinações de sílabas, surgiam novas palavras.

Num período em que a Ditadura Militar começava a tomar conta do país, Freire sugeria uma metodologia de alfabetização que tinha um caráter político e que provocava nos sujeitos alfabetizando (crianças, jovens ou adultos) a reflexão sobre a capacidade de transformar a realidade, a fim de torná-la melhor para si e para os outros. Outro exemplo de campanha em prol da alfabetização criada pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que buscava acabar com o analfabetismo no Brasil. Quanto ao método adotado, Soek, Haracemiv e Stoltz (2009, p. 16) abordam:

No modelo de alfabetização proposto pelo Mobral, as técnicas utilizadas no processo de alfabetização consistiam em codificações de palavras preestabelecidas, escritas em cartazes com as famílias fonéticas, quadros ou fichas de descoberta, muito próximas das metodologias anteriormente utilizadas no modelo de Paulo Freire, mas com uma diferença fundamental: as “palavras” tanto quanto as fichas de codificações eram elaboradas da mesma forma para todo o Brasil com base em problemáticas sociais particulares do povo. Tratava-se fundamentalmente de ensinar a ler, a escrever e a contar, deixando de lado a autonomia e a conscientização crítica e transformadora da linha iniciada por Paulo Freire.

Nesse sentido, o método tinha bases similares ao método utilizado por Paulo Freire, porém, as palavras utilizadas para alfabetizar eram escolhidas pelos representantes que detinham o poder no país.

Até o final da década de 1970, os métodos de alfabetização sintéticos, que seguem uma linha mais tradicional, tiveram lugar garantido dentro de salas de aula das escolas do Brasil, utilizando como principais recursos, a cartilha e o ensino linear de grafema e fonema, numa linha que priorizava a codificação e decodificação ao invés da interpretação e do significado. As cartilhas, recurso utilizado durante muito tempo para alfabetizar, marcaram a história da alfabetização por suas características peculiares e por terem sido consideradas por muitos alfabetizadores como um método de alfabetização.

A partir dos anos 80, quase no final do período da Ditadura Militar, começou a surgir uma transição dos métodos tradicionais de alfabetização para uma nova metodologia voltada para o trabalho com o texto que circulava socialmente. Nesta mesma

década, evidenciou-se o surgimento do letramento no Brasil, com o uso social da leitura e da escrita, a partir do trabalho efetivo que utilizava gêneros textuais presentes na sociedade. Isso trouxe uma nova forma de conceber alfabetização, não mais como simples codificação e decodificação, mas sim como a habilidade de ler, compreender, interpretar e usar a língua oral e escrita, o que resultou em críticas severas aos métodos tradicionais e, conseqüentemente, às cartilhas de alfabetização e aos recursos semelhantes a elas.

2 CARTILHAS NA ÉPOCA DA DITADURA

O mais antigo método chamado de sintético iniciava seu estudo pelo alfabeto, para a soletração e silabação, em ordem crescente de dificuldade, da letra até o texto. “Partia-se do alfabeto para a soletração e silabação, segundo uma ordem hierárquica crescente de dificuldades, desde a letra até o texto” (CAGLIARI, 1999, p. 25). Segundo Cagliari (1999), surgiram quatro tipos bem marcantes, como métodos diferentes de conduzir o processo de alfabetização: sintético, analítico, misto e construtivista.

Segundo Cagliari (1999), o Brasil sofreu a influência da Cartilha Maternal (1870), de João de Deus, também conhecida por utilizar o método analítico. O método analítico sofre forte influência da pedagogia americana, baseada em princípios biopsicofisiológicos¹ da criança e essa consideração foi levada em conta na aplicação do método, pois ele considerava a necessidade de adaptar o ensino da leitura a essa nova concepção de criança. Outra autora reforça as palavras de Cagliari:

Diferentemente dos métodos até então habituais, o “método João de Deus” ou “método da palavração” baseava-se nos princípios da moderna linguística da época e consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das letras (MORTTATI, 2010, p. 6).

Logo após a Cartilha Maternal, surge, na década de 1930, uma preocupação da psicologia a condicionar “[...] o processo a resultados obtidos nesses estudos” (CAGLIARI, 1999, p. 25). O autor cita a Cartilha do Povo (1928), de Lourenço Filho e o famoso Teste ABC (1934), do mesmo autor, organizados segundo essa estrutura. Pode-se

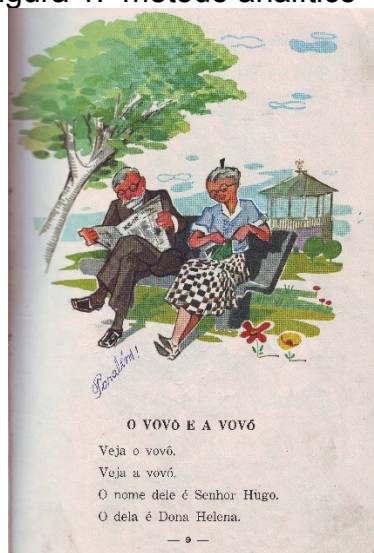
¹Considera a criança de modo integral, em todos os aspectos do desenvolvimento.

ler:

[...] bases psicológicas da alfabetização contidas no livro *Teste ABC* para Lourenço Filho. Nesse livro, o autor apresenta resultados de pesquisa com alunos de 1º grau (atual 1ª série do ensino fundamental), que realizou com o objetivo de buscar soluções para as dificuldades de nossas crianças no aprendizado da leitura e escrita. Propõe, então, as oito provas que compõem os testes ABC, como forma de medir o nível de maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita, a fim de classificar os alfabetizandos, visando à organização de classes homogêneas e à racionalização e eficácia da alfabetização (MORTTATI, 2010, p. 9).

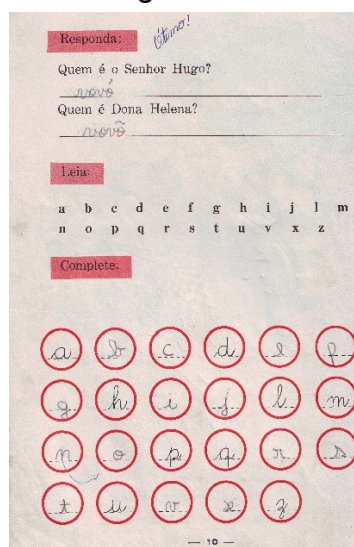
Posteriormente, em 1948, surge a cartilha *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima, que seguia a estrutura do método sintético e método analítico. A seguir, apresentam-se duas páginas da cartilha:

Figura 1: método analítico



Fonte: acervo próprio

Figura 2: método sintético



Fonte: acervo próprio

No final dos anos de 1990, aparecem obras que propõem em sua organização os estudos de Emília Ferreiro, denominadas de construtivismo, como diz Cagliari (1999, p. 32):

[...] as propostas de alfabetização que começaram a valorizar a criança e seu trabalho criaram um clima mais calmo e tranquilo em sala de aula, uma melhor interação entre professor e aluno, proporcionando um condições mais saudáveis para que o processo de alfabetização se realizasse.

Muitos professores passaram a adotar em suas práticas o construtivismo, e isso aconteceu de maneira recorrente no ensino brasileiro, só que às vezes a prática da sala

de aula ficava distante dos pressupostos teóricos que os professores assumiam como sendo de suas crenças pessoais. Entendido aqui o construtivismo segundo as palavras de Corazza (1995, p. 212):

Entendo o construtivismo Pedagógico como uma prática discursiva no sentido foucaultiano, ou seja, mais do que uma forma de produzir discurso, uma prática corporificada em processos técnicos, em instituições, em padrões de comportamento geral, em formas de transmissão e difusão e em formas pedagógicas que, ao mesmo tempo, as impõem e as mantêm.

Para o construtivista o conhecimento é um processo de interação, que qualifica e modifica o sujeito, ou seja: “A ação do sujeito constitui-se pressuposto básico nesse processo, como mediatizadora da compreensão da realidade e mediadora entre o sujeito e a realidade a ser aprendida” (CORAZZA, 1995, p. 84). Tal proposta coloca o professor na posição de desafiador no processo de aprendizagem e não mais visto como o controlador de comportamentos e o detentor de saberes. A avaliação nessa perspectiva acompanha o desenvolvimento do aluno, e o erro é visto como: [...] um processo da escrita e, longe de representarem desatenção, letras comidas, desinteresse da criança, [...] erros designados de sistemáticos e construtivos, nos permitem ingressar na lógica do pensamento infantil (p.170).

As primeiras cartilhas davam ênfase à leitura até 1950, nas quais era importante ensinar o abecedário. A leitura acontecia por meio de exercícios de decifração e de identificação de palavras, a fim de aprender as relações entre letra e som, conforme completa Cagliari (1999, p. 26), quando trata sobre a volarização que era dada para o processo de leitura :

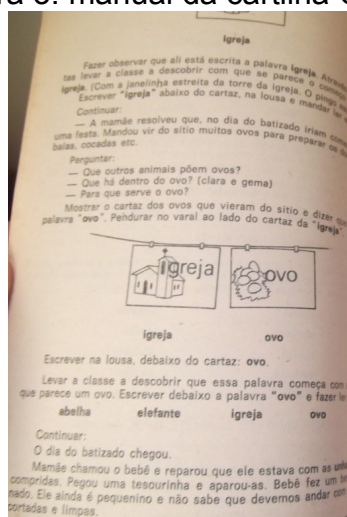
Havia um cuidado com a falta (e sobretudo com a pronuncia), voltada para o padrão social, trazido para a escola a partir de textos de autores famosos. Copiava-se muito, e os modelos eram sempre os bons autores, ou seja, autores famosos da literatura. Como acontecia com as gramáticas, a norma de bem escrever era a imitação dos bons escritores.

Como aponta Cagliari (1999), as cartilhas são livros de alfabetização que privilegiam o estudo da escrita e elas usam como técnica o “monta e desmonta” do método do bá-bé-bi-bó-bu. A sua metodologia empregada logo apresentou os sinais do fracasso, e as reprovações no primeiro ano eram frequentes. “Pode-se dizer que a

experiência escolar da alfabetização com cartilhas foi desastrosa” (CAGLIARI, 1999, p. 27).

Como as cartilhas eram livros extremamente esquemáticos, julgou-se, naquele momento, que o fracasso na alfabetização estava associado a esse fato. Para tentar solucionar o problema, foram lançados os manuais para o professor, que vinham junto com a cartilha e orientavam o trabalho de professores na sala de aula, conforme se pode reparar numa página do manual do professor da cartilha Caminho Suave:

Figura 3: manual da cartilha Caminho Suave



Fonte: <http://educacaodialogica.blogspot.com.br/2013/01/caminho-suave.html>

O manual nessa página traz o modelo de cartaz para o professor e orienta toda a conversa que ele deverá ter com a turma: “- Vamos observar que ali está escrito a palavra igreja. Levar a classe a tentar descobrir com que se parece o começo da palavra igreja (com a janelinha estreita da torre da igreja)”.

Figura 4: manual da cartilha Caminho Suave



Fonte: <http://educacaodialogica.blogspot.com.br/2013/01/caminho-suave.html>

O manual revela um momento histórico marcado por uma educação que visava em sua prática ao treinamento durante o ensino, período em que o aluno iria repetir e copiar primeiramente as letras, depois as sílabas para, posteriormente, escrever palavras e pequenos textos.

O momento histórico em que surgiram tais manuais vinculados às cartilhas aconteceu durante a Ditadura Militar, durante vinte anos (1964 a 1985). Segundo Aranha (2006), os brasileiros viveram uma época de medo, que foi gerada pelo governo do arbítrio e pela ausência do estado de direito. Esse período foi marcado pela tortura e pelos desaparecimentos de pessoas sem nenhuma explicação e também foi desastroso para a cultura e para a educação. Seguem os apontamentos do mesmo autor:

Os brasileiros perderam o poder de participação e crítica, e a ditadura se impôs violenta. Uma sucessão de presidentes militares fortaleceu o Executivo enquanto fragilizava o Legislativo. Diversas medidas de exceção acentuaram o caráter autoritário do governo: Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações, prisões políticas, inquéritos policiais militares, proibição do direito de greve, cassação de direitos políticos, exílio etc. (ARANHA, 2006, p. 314).

Segundo Aranha (2006), a Ditadura tinha o objetivo de “educar” a juventude, para isso, foi elaborado um decreto-lei baixado pela Junta Militar, em 1969, tornando obrigatório o ensino da Educação Moral e Cívica nas escolas em todos os graus e modalidades de ensino. No ensino médio, mudava para Organização Social e Política Brasileira (OSP) e, no ensino superior, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). “Nas propostas curriculares do governo, transparecia o caráter ideológico e manipulador dessas disciplinas” (ARANHA, 2006, p. 314).

No Brasil, foi instituída a tendência tecnicista na época da Ditadura Militar, nas décadas de 1960 e 1970, sendo esse fato um prejuízo para a escola pública, devido às inúmeras exigências de preenchimento de papéis. Aranha (2006) continua, explicando que para implantar o projeto de educação o governo militar não revisou a LDB de 1961 (lei nº 4024), mas fez alterações; já as leis nº 5540/68 (ensino universitário) e a nº 5692/71 (1º e 2º graus) foram impostas por militares e tecnocratas. A reforma assentava-se em três pilares, segundo Aranha (2006, p. 316):

- educação e desenvolvimento: formação de profissionais para atender às

- necessidades urgentes de mão-de-obra especializada no mercado em expansão;
- educação e segurança: formação do cidadão consciente – daí as disciplinas sobre civismo e problemas brasileiros (Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros);
- educação e comunidade: criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer a relação entre escola e comunidade.

Carente com tais princípios, o ensino tecnicista buscava a mudança de comportamento do indivíduo mediante treinamento para desenvolver suas habilidades, do mesmo modo que a cartilha propunha, no período da alfabetização, por meio de exercícios mecânicos e repetitivos e, nesse período, a metodologia era sustentada pelo manual do professor, que dava orientações para a prática pedagógica alfabetizadora do professor.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Na busca por informações para compor os dados desta pesquisa, tentou-se entender se existe relação entre a proposta de alfabetização utilizada pelas cartilhas com a Ditadura Militar. Tal estudo deseja comparar os métodos de alfabetização sintético, analítico e misto desenvolvidos pelas cartilhas ao longo dos anos com o período histórico da Ditadura Militar, a fim de entender quais relações ocorrem entre o momento histórico e os métodos de alfabetização utilizados naquela época.

Para buscar respostas para o problema inicial, optou-se pela pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (1998, p. 22), “[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Essa pesquisa contou com a participação de duas mulheres, que possuem, em média, 40 anos e que foram alfabetizadas no período da Ditadura Militar, por meio do uso de cartilhas nas práticas de suas respectivas professoras que aplicavam o método sintético em sua proposta.

A pesquisa contou com três momentos distintos: elaboração de questionário estruturado, aplicação, tabulação e análise de dados. O questionário continha as

seguintes questões:

- 1 Em que ano você ingressou no Ensino Fundamental para iniciar o processo de alfabetização?
- 2 O que você lembra sobre o método pelo qual você foi alfabetizada?
- 3 Que recursos / materiais o professor utilizava para alfabetizar?
- 4 Que lembrança de escola e/ou ensino você tem na época do período de alfabetização?

Primeiramente, foram lidas as respostas dadas no questionário e, a partir disso, as categorias elencadas foram:

- 1 Método de alfabetização;
- 2 Recursos e materiais utilizados;
- 3 Concepção de escola e/ou ensino.

Por fim, os dados foram analisados para buscar uma resposta para a pesquisa quanto à relação entre o período histórico, na época da Ditadura Militar, com a utilização da cartilha no processo de alfabetização. Para fins de melhor compreensão, foi criado um quadro com as respostas dos questionários.

4 RELAÇÃO ENTRE O USO DAS CARTILHAS COM A DITADURA

Até o fim do Império Brasileiro, o ensino era praticado em escolas que abrigavam alunos de todas as idades, eram as aulas régias, segundo Morttati (2010). Já o século XIX contou com a invenção do material impresso e junto vieram os livros. Nessa época, “habitualmente, porém, iniciava-se o ensino da leitura com as chamadas ‘cartas de ABC’ e depois se liam e se copiavam documentos manuscritos” (MORTTATI, 2010, p. 5), justamente tal período que interessa para esse estudo e para compreender como isso aconteceu na prática. Desse modo, apresenta-se, a seguir, a tabulação das respostas dadas pelos indivíduos que responderam o questionário, seguida de uma análise dos

resultados obtidos.

Figura 5: respostas dadas para a questão 2

Questão 2	Respostas
O que você lembra sobre o método pelo qual você foi alfabetizada?	<p><u>Entrevistada 1:</u> Lembro de muitas coisas: exercícios repetitivos, traçado da letra, muita cópia. Lembro claramente do método pelo qual fui alfabetizada, foi o método da abelhinha. A professora ensinava uma letra por semana, através da história da abelhinha. A ênfase era no som das letras e o corpo das personagens da história apresentava a letra, que era cursiva. Adorava a história, era lúdica, eu gostava muito, acho que era por causa da história. Depois de aprender todas as letras da história, aprendíamos as famílias silábicas formadas pelas letras e depois eram formadas as palavras.</p> <p><u>Entrevistada 2:</u> Tenho na memória os testes de leitura que fazia para a coordenadora da escola. Também as muitas cópias no caderno, que eu cansava e até chorava para terminar. No início, trabalhávamos com as vogais, enchendo linhas, depois, com as consoantes simples e, por fim, a junção com todas as vogais, palavras e frases e, no fim do ano, textos com frases curtas.</p>

Categoria: método de alfabetização

Fonte: criado pelas autoras

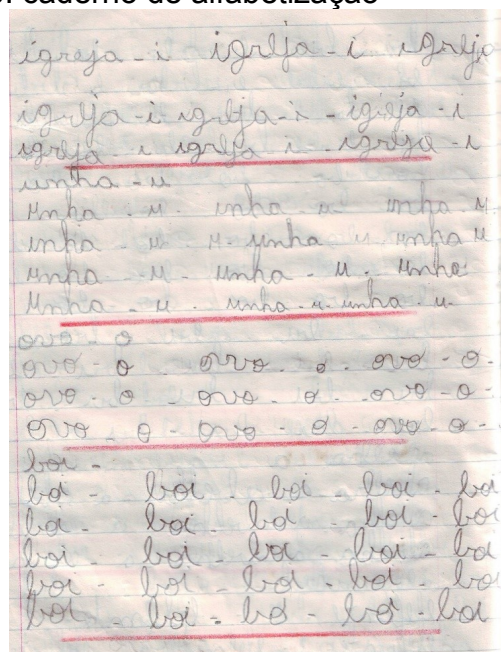
A época da Ditadura Militar foi um momento de medo e repressão para o povo brasileiro, visto que todos os atos e movimentos em todas as instâncias da sociedade eram extremamente monitorados pelos militares e, quando as coisas não aconteciam conforme os preceitos do regime, os indivíduos sofriam as consequências de não cumprirem as exigências do governo. Pode-se perceber pelas falas das entrevistadas que a escola assumiu em sua prática a mesma repressão imposta pelo regime: entrevistada 1, que foi alfabetizada no ano de 1982: [...] *exercícios repetitivos, traçado da letra, muita cópia*. Entrevistada 2, que foi alfabetizada no ano de 1979: *Também as muitas cópias no caderno, que eu cansava e até chorava para terminar*”.

O método sintético descrito por ambas as entrevistadas consistia em iniciar o ensino da leitura e da escrita com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração alfabética), ou dos sons (método fônico), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre obedecendo a uma ordem de dificuldade das letras,

primeiramente, as sílabas simples e, posteriormente, as sílabas complexas. E a escrita ficava restrita à caligrafia e à ortografia, por meio de cópias exaustivas, ditados e formação de frases simples.

A entrevistada 2 cedeu o caderno em que foi alfabetizada para esse estudo e nele se pode perceber o cansaço ao encher as linhas, através dos espaços entre as palavras que foram ficando maiores; e ao mesmo tempo verificar que a proposta da professora dela estava centrada numa proposta de método sintético, porque começava o estudo pelas vogais e depois pelas consoantes simples, que iam se juntado às vogais e fazendo os sons. Como se pode observar em uma das páginas do caderno:

Figura 6: caderno de alfabetização



Fonte: materiais de recordação da entrevistada 2

Conforme cita Werebe *apud* Aranha (2006, p. 313), o ensino atendia a algo maior que a escola, ou seja, a uma política que desejava se manter no comando sem ensinar as pessoas a pensarem para que pudessem entender e questionar as coisas, por conseguinte, nada melhor do que uma prática mecânica e repetitiva:

De fato, a adoção de uma pedagogia que visava despertar o espírito crítico e criador dos alunos, levando-os a pesquisar e a não aceitar passivamente o conhecimento recebido, não poderia ter sido tolerada num regime militar

autoritário, como o que vigorava no país.

Parece que a prática dos alfabetizadores da época reflete o momento histórico do Regime Militar através de uma proposta de ensino baseada em atividades de alfabetização mecânicas e repetitivas, que não ensinava o aluno a pensar, apenas a reproduzir de forma exaustiva a leitura e a escrita.

Figura 7: respostas dadas para a pergunta 3

Questão 3	Respostas
Que recursos / materiais o professor utilizava para alfabetizar?	<u>Entrevistada 1</u> : A história da abelhinha, as fichas contendo as letras do alfabeto e nelas o corpo das personagens da história; o alfabeto fixo; as famílias silábicas; uma cartilha (não lembro o título); e alguns livros de história, mas geralmente era a professora que contava a história, ela que ficava com o livro. <u>Entrevistada 2</u> : A cartilha Caminho Suave, caderno e folhas.

Categoria: recursos e materiais utilizados

Fonte: criado pelas autoras

O material usado pelas professoras de ambas as entrevistadas reforça que a prática alfabetizadora da época do Regime Militar era centrada numa experiência do aluno com atividades nada ou pouco interessantes, sem ter nenhuma autonomia para desenvolver sua aprendizagem. As palavras de Cagliari (1999, p. 32) reforçam tais constatações:

A autoridade escolar funciona melhor depois que os alunos estão “domados”. [...] enquanto a alfabetização escolar ficou presa à autoridade de mestres, métodos e livros, que tinham todo o processo preparado de antemão, constatou-se que muitos alunos que não trabalhavam segundo as expectativas dos mestres, métodos e livros eram considerados incapazes e acabavam de fato não se alfabetizando.

Como se pode notar na fala da entrevistada 1: [...] *e alguns livros de história, mas geralmente era a professora que contava a história, ela que ficava com o livro.* Portanto, trata-se de uma prática de leitura totalmente controlada pela professora, na qual não acontecia a interação do aluno com o suporte de leitura. O trabalho era desvinculado de uma prática de envolvimento e construção de conhecimento porque os

alunos não saíam dos materiais próprios de escola, como: *A cartilha Caminho Suave*, *caderno e folhas* (fala da entrevistada 2).

Figura 8: respostas dadas para a pergunta 4.

Questão 4	Respostas
Que lembrança de escola e/ou ensino você tem na época do período de alfabetização?	<p><u>Entrevistada 1:</u> Minha lembrança é de uma escola de horários rígidos, disciplina, poucos recursos, mas ao mesmo tempo feliz, na qual a infância foi respeitada. Quanto ao ensino, era tradicional: caderno de caligrafia, cópia, quadro e caderno, sem muitos recursos, mas muito disso é espelho do período histórico, da época.</p> <p><u>Entrevistada 2:</u> Boas lembranças da hora do recreio, entrada e saída onde podíamos brincar. Da sala de aula restou um medo do rigor da escola (escola de freiras), não podíamos falar em aula e só copiávamos no caderno e na cartilha.</p>

Categoria: concepção de escola e/ou ensino

Fonte: criado pelas autoras

Nada melhor para terminar esta análise do que com a frase da entrevistada 2, quando foi perguntado para ela quais eram as lembranças que ela tinha do período da alfabetização, ela disse: *Boas lembranças da hora do recreio, entrada e saída onde podíamos brincar. Da sala de aula restou um medo do rigor da escola (escola de freiras), não podíamos falar em aula e só copiávamos no caderno e na cartilha.* A frase dita por ela registra um momento histórico muito peculiar referente ao Regime Militar e comprova a hipótese inicial deste trabalho de que a prática alfabetizadora utilizada pelas professoras da época da Ditadura Militar era um reflexo do regime que foi implantado no país, de medo e terror por meio de uma proposta alienante e repressora.

5 CONCLUSÃO

No período da Ditadura Militar, o país vivenciava diversas mudanças no campo das políticas públicas, sociais e da educação. Conseqüentemente, a educação do Brasil passou a ser planejada mais para o exercício profissional do que para o exercício pleno da cidadania, o que induz à utilização de manuais, livros e recursos pedagógicos comuns para trabalhar esta questão nas escolas, desde o período de alfabetização.

Dentro do controle que existia por parte dos Militares, havia a preocupação com o que se referia à educação escolar do povo, desde quando a criança ingressava na escola para ser alfabetizada. O mesmo ocorria com a educação de jovens e adultos, o que acontecia através do controle sobre as campanhas, metodologias de ensino e recursos utilizados nas práticas pedagógicas.

No que compete aos métodos de alfabetização utilizados no período vigente da Ditadura, houve o predomínio da metodologia sintética e de recursos como as cartilhas de alfabetização e outros semelhantes a elas, como opção para o ensino da leitura e da escrita. Isso se deu por uma questão política e ideológica vinculada ao momento histórico em que o país estava vivendo.

Consequentemente, a alfabetização tinha um caráter sintético que, diferentemente de uma proposta de alfabetização analítica, não proporcionava uma aprendizagem reflexiva, que valoriza a utilização de textos nas práticas educativas que dão início à alfabetização, mas sim, ensinava a ler e a escrever através de uma metodologia que prioriza o pensamento sintetizado, muitas vezes desmembrado de significado e sem relação com situações cotidianas de vida. Fato que também foi evidenciado nas respostas da pesquisa desenvolvida com as duas entrevistadas que foram alfabetizadas nesse período.

O processo de ensino nesse período, portanto, foi fomentado pela utilização das cartilhas que, coerentes com a metodologia da época, apresentavam textos sem sentido (pseudotextos), formados por frases soltas, que tinham como maior propósito o estudo das palavras isoladas ou a identificação das sílabas e dos fonemas. Essa concepção de ensino no que tange à alfabetização perdurou no país até a década de 1980, quando começam a surgir, com maior ênfase, os questionamentos sobre os métodos de alfabetização, muitos deles trazidos pela corrente construtivista que defende a alfabetização a partir do método global (analítico), que utiliza como suporte o uso de textos, condenando, assim, a cartilha e sua maneira de alfabetizar.

Junto com o fim do período da Ditadura Militar, as cartilhas, que foram bastante utilizadas enquanto a Ditadura estava em vigência, passaram a ser menos utilizadas e, posteriormente, foram substituídas por outros materiais didáticos. Como consequência

disso, os métodos sintéticos passaram a ser criticados e até condenados por muitos educadores, que defendem os métodos analíticos como a melhor forma de introduzir uma criança ao universo da leitura e da escrita.

6. REFERÊNCIAS

- ANDARILHO, J.M. **Caminho Suave**. Disponível em: <<http://educacaodialogica.blogspot.com.br/2013/01/caminho-suave.html>> Acesso em: 07 out de 2014.
- ARANHA, M. L.de A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BARBOSA, J. J. **Alfabetização e Leitura**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU**. São Paulo: Scipione, 1999.
- CARVALHO, M. **Primeiras Letras: Alfabetização de jovens e adultos em espaços populares**. São Paulo: Ática, 2009.
- CORAZZA, S. M. O construtivismo pedagógico como significado transcendental do currículo. In: VEIGA-NETO, Alfredo José. **Crítica pós - estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulino, 1995.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GERMANO, J. W. Estado militar e a sociedade no Brasil: 1964-1985. In: GERMANO, J. W. **Estado militar e a sociedade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993. (p.39 – 97)
- LIMA, B. A. de. **Caminho Suave**. 131.ed. São Paulo: Caminho Suave Edições, 2011.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, p. 9-29, 1998.
- MOLL, J. **Alfabetização possível: reinventando a ensinar e o aprender**. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- MORAES, V. **A arca de Noé**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- MORTTATI, M. do R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso: 07/10/2014.

OÑATIVIA, A.C. **Alfabetização em três propostas: da teoria à prática.** São Paulo: Ática, 2009.

SCHWARTZ, S. **Alfabetização de Jovens e Adultos: Teoria e Prática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOEK, A. M.; HARACEMIV, S. M. C.; STOLTZ, T. **Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos.** Curitiba: positivo, 2009.

